

1                                   **ATA DA 4ª. REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO**  
2                                   **MOSAICO DE ÁREAS PROTEGIDAS DO BAIXO RIO NEGRO**

3     A IV Reunião do Conselho Consultivo do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro iniciou-se às 09h10min do dia 22 de novembro de 2012, no Restaurante Canto da Peixada, em Novo Airão. Francisco Oliveira (SDS/CEUC), presidente do Conselho Consultivo, iniciou a reunião dando as boas-vindas aos presentes e houve uma rodada de apresentação dos participantes desta reunião. Em seguida, apresentou a pauta da reunião informando que devido alguns imprevistos, e por solicitação de inclusão de pauta adicional, houve uma mudança na pauta enviada anteriormente: Proposta sobre a educação da SEMMAS 15minutos, Informe CERBAC, FOPEC Peba. Marco Antonio (IPÊ) procedeu com a leitura da ATA anterior e, após as correções necessárias, o Conselho Consultivo do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro a aprovou por unanimidade. Sobre a pauta, houve resgate dos encaminhamentos da reunião anterior, onde o colegiado informou que não é possível que a reunião interna aconteça toda ultima sexta-feira de cada mês; que questionário para elaborar banco de dados de pesquisa dentro do mosaico, também não foi possível ser realizado. Francisco Aginaldo (GTA) propõe que seja definido direito o que seria isso; sobre criação da Câmara Técnica de Ordenamento Territorial, Ana Flávia (ICMBio) apresentará proposta durante a reunião; sobre monitoramento da gestão integrada no Mosaico, o tema será discutido durante a reunião; sobre convite a SEPROR para fazer apresentação sobre o programa Amazonas rural foi feito o convite e é pauta da presente reunião; não foi feita a revisão do plano de proteção; foi feito o convite para a reunião com o representante do Programa Terra Legal e INCRA, que não ocorreu, pois foi agendada para um feriado; sobre as câmaras técnicas terem que apresentar os orçamentos dos planos de ação de suas áreas, ficou para ser encaminhado na reunião atual; sobre a situação areia, vai ser apresentada posteriormente. Marcos fala que na reunião anterior do conselho do mosaico havia sido falado sobre a duplicação das rodovias. Alexandre informa que houve audiência pública antes da construção da ponte sobre o Rio Negro. Aginaldo fala que a ação é do governo e que tudo isso está dentro da área do Mosaico e que poderia convidar a SEPLAN para que tomem conhecimento do Mosaico. Aginaldo também pergunta sobre o encaminhamento das hidrelétricas, e Francisco Oliveira falou que a Priscila Santos iria trazer para plenária maiores informações a respeito, mas que ela não pode vim por questões de saúde. Francisco Oliveira fala sobre a grande demanda que acaba ficando para o colegiado do Mosaico e pede contribuições a respeito. Francisco Borges, diz que tem que dividir atribuições para os parceiros. Marcos concorda, e ressalta o fato de o colegiado do Mosaico ser composto por 04 instituições, e que o Mosaico são todas as instituições do conselho. Francisco Oliveira reforça trazendo o exemplo do Ajuri e que as reuniões de colegiado devem ser feitas envolvendo todo o conselho. Aginaldo fala sobre a demanda da cidade universitária que veio ao CERBAC, que veio como pauta de discussão dentro do conselho, demanda essa que teve sua audiência publica indeferida por questões de afinação de discussão pública e sobre as discussões sobre serviços ambientais onde inclusive ocorrerá uma reunião em Manaus com os governos do Amazonas e do Acre. Marco Antonio fala sobre a reunião do CERBAC que deverá ter um representante do Mosaico, seja o Presidente ou alguém delegado por ele. Eliane fez apresentação sobre o Ajuri, que é formado por diversos órgãos. Falou sobre as ações desenvolvidas pelo Ajuri, como a semana do meio ambiente, o mini eco festival do peixe boi, dando ênfase nas últimas atividades desenvolvidas, como o concurso de pintura e poesia e sobre as atividades em geral. Falou sobre a tenda do meio ambiente, onde são feitas exposições, sobre o dia mundial de limpeza de rios, praias e igarapés, onde é feito um mutirão de limpeza. Sobre as próximas

46 programações do Ajuri de Novo Airão, dia 9 de dezembro de 2012, onde estará acontecendo o  
47 Mini Eco Festival do Peixe-Boi. Francisco “Peba” pergunta como é feito o desenvolvimento das  
48 ações dessa forma voluntária. Francisco informa que apesar de serem ações voluntarias existe  
49 dificuldade, pois o Ajuri não tem orçamento próprio, mas que há uma integração entre os órgãos  
50 tanto de distribuições de atividades como orçamentária. Todos contribuem de alguma forma.  
51 Alíria Noronha, da SEPROR parabeniza a iniciativa e diz que essa ação é muito importante.  
52 Aginaldo comenta que conseguiu visualizar algo sobre o Ajuri no *facebook* e pergunta se existe  
53 realmente divulgação através desse tipo de veículo de comunicação, e Alexandre confirma que  
54 sim. Marco Antonio parabeniza Eliane pela apresentação e todos do Ajuri pelas ações  
55 desenvolvidas, e que é preciso difundir tudo isso para as comunidades. Alíria Noronha fala sobre o  
56 programa lançando pelo Governo do Amazonas, e que o público a quem esse programa está  
57 destinado são trabalhadores do campo que representam 276 mil postos de trabalhos e estão  
58 agrupados em 6532 comunidades rurais. O programa tem os seguintes objetivos: 1. alcançar a  
59 auto suficiência alimentar 2. Dinamizar as cadeias produtivas. 3. Modernizar as cadeias produtivas  
60 4. Verticalizar a produção e agregar valor a matéria prima regional 5. Elevar o padrão de homens e  
61 mulheres de campo. O programa está estruturado em: ações estruturantes (que condicionam as  
62 demais) e ações finais no investimento de ordem de 1 bilhão de reais. Sobre as ações  
63 estruturantes, existem Leis regulamentando a atividade de produção. Sobre assistência técnica,  
64 informa que existem 170 técnicos do projeto residência agrária, é em parceria com a FAPEAM, e a  
65 intenção é dobrar o numero de técnicos que compõem atualmente o IDAM. Sobre escoamento da  
66 produção, o plano é recuperar 4 mil km de vicinais. Sobre tecnologia, atuam com a preparação do  
67 solo para produtores. Em estatística agropecuária, pretendem sistematizar os dados e melhorar o  
68 sistema de coleta. Sobre agroindústria, planejam beneficiar o produto, agregando valor. Para as  
69 ações finalísticas tem-se como meta: segurança alimentar, pesca e piscicultura, juta e malva,  
70 fruticultura, borracha, manejo florestal, pecuária sustentável, e projeto rio Negro, que é um  
71 projeto especificamente no alto rio Negro, direcionado mais a população indígena. Alíria diz que  
72 esse projeto é específico ao alto rio Negro, mas que a Secretaria se coloca a disposição para  
73 apoiar algum produto específico da região do baixo rio Negro. Fala sobre a média do consumo de  
74 alimento no Amazonas, e que isso daria aproximadamente, considerando 3,5 milhões de  
75 habitantes, consumo de 1.270.000 ton/alimento/ano a um custo de R\$ 2,5 bilhões ao ano. No dia  
76 vinte e Três de Novembro, às oito horas e quarenta e quatro minutos, deu-se a continuidade da  
77 reunião, apresentando os resultados da vistoria de campo realizada pelo GT CERBAC, realizada no  
78 dia vinte e cinco de Outubro do corrente ano. O GT é composto por Yara Camargo (FVA), Célio  
79 (FVA), Cristina Tófoli (IPÊ), Francisco Oliveira (CEUC) e Jaime Gomes (CEUC). Francisco explicou  
80 que o objetivo era avaliar o local do empreendimento e em que situação encontram-se os  
81 fragmentos florestais na região. Segundo Francisco, a proposta da Secretária de Estado de Meio  
82 Ambiente é redelimitar a APA Margem Direita do Rio Negro Setor Paduari/Solimões (APA MD) e  
83 recategorizar para uma categoria de Proteção Integral nos arredores do Projeto da Cidade  
84 Universitária e a redelimitação do Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte. Francisco explicou  
85 como poderia ser a nova configuração do Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte e  
86 recategorização da APA MD acima do Sobrado para uma Unidade de Conservação de Uso  
87 Sustentável. Aginaldo explicou que o ITEAM tem uma proposta de revogação do Decreto de  
88 criação da APA Margem Direita do Rio Negro. Ana Flávia apresentou a proposta de redelimitação  
89 da RESEX do Rio Unini e do Parque Nacional do Jaú, que envolve a bacia do rio Carabinani, e alerta  
90 para que não haja sobreposição das propostas. **Como encaminhamento:** moção de  
91 recomendação para recategorização da APA Margem Direita do Rio Negro, do Parque Estadual do

92 Rio Negro Setor Norte a ser elaborada por Ana Flávia e Francisco e encaminhada para a reunião  
93 do CERBAC. Aginaldo sugeriu de convidar a SEPLAN para apresentar os projetos previstos para a  
94 região do Mosaico. Dando prosseguimento, Alexandre Dantas (ICMBio) apresentou as conclusões  
95 da terceira reunião da Câmara Técnica de Uso Público do Mosaico Baixo Rio Negro, onde foram  
96 definidos vinte temas de cursos para o Mosaico, dando prioridade para alguns deles, como:  
97 Segurança na operação do turismo (Programa Aventura Segura da Abeta); Qualidade no atendimento  
98 ao cliente e Condutor de Turismo. Apresentou também a planilha orçamentária para realizar as  
99 atividades ligadas ao Uso Público. Como encaminhamento desta reunião, tem-se: apresentação  
100 da proposta de construção do Centro de Visitante para a Prefeita eleita; articulação com o SEBRAE  
101 sobre Roteiros do Mosaico; articulação com a Amazonastur para apoio nos cursos de qualificação;  
102 disponibilidade de vagas para os conselheiros do Mosaico nos cursos específicos de cada UC.  
103 Alexandre informou que Priscila Santos (Chefe do PARNA Anavilhanas) vem contribuindo com o  
104 ICMBio de Roraima para tratar sobre a construção da Usina Hidrelétrica Bem Querere, no rio  
105 Branco. Alexandre informou que o Decreto Estadual que considera o rio Branco como patrimônio  
106 cultural foi revogado, o que facilitará o licenciamento do empreendimento, que não considera os  
107 impactos que ocorrerão nos parques nacionais Jaú e Anavilhanas. Ana Flávia sugeriu de avaliar os  
108 impactos considerando os aspectos econômicos e técnicos, pois apenas os aspectos  
109 socioambientais não são considerados pelo Ministério de Minas e Energias. Prosseguindo, Ana  
110 Flávia conduziu um questionamento sobre a criação da Câmara Técnica de Ordenamento  
111 Territorial, uma vez que estava agendado criar nesta reunião do Conselho do Mosaico. Os  
112 participantes decidiram criar a Câmara Técnica que será composta, a princípio por: FVA, ICMBio,  
113 CERBAC, Cristina Tófoli (IPÊ), Jaime Gomes (CEUC/Coordenador da Câmara Técnica), Clarice Bassi  
114 (Prefeitura Municipal de Novo Airão), Aginaldo Queiroz (ITEAM), Kleber Bechara (AOBT). Sobre a  
115 avaliação e monitoramento da gestão integrada do Mosaico, Ana Flávia sugeriu de convidar  
116 Daniele Gidisick, que em sua dissertação de mestrado no MPGAP/INPA elaborou um protocolo  
117 para avaliação da gestão integrada. Assim, o Conselho poderia testar o protocolo na próxima  
118 reunião, e adotar o uso da ferramenta. A sugestão foi acatada pelos conselheiros e, **como**  
119 **encaminhamento**, será feito um convite à pesquisadora Daniele. Sobre o SISUC, Ana Flávia fez um  
120 breve histórico sobre esta ferramenta de avaliação elaborada pelo Carlos Eduardo, e sugeriu  
121 apresentar as ações previstas que conduzam para melhoria das metas das outras Unidades de  
122 Conservação que são comuns e que envolvem todo o Mosaico. Ficou combinado que nas reuniões  
123 do Mosaico serão apresentadas as avaliações dessas metas. Sobre o licenciamento de extração de  
124 areia na calha do rio Negro, Jaime informou que há quatro Licenças de Operação na área entre os  
125 parques nacionais Anavilhanas e Jaú. As três empresas são F. R. Chagas, José Valdemir (L.O.  
126 233/11) e Francisco Alberto (L.O. 607/10). Alexandre mostrou um mapa com os polígonos que  
127 têm título de pesquisa de minérios, como ouro, areia, bauxita, caulim. Todas essas informações  
128 estão disponíveis na página do DNPM – Departamento Nacional de **Pesquisa** Mineral.  
129 (sigmine.dnpm.gov.br). Marco Antonio informou que há dois processos de solicitação de  
130 exploração de areia no rio Cuieiras e propôs à FVA para apresentar ao CEMAAM – Conselho  
131 Estadual de Meio Ambiente do Estado do Amazonas, uma proposta de criação de Câmara Técnica  
132 no CEMAAM para tratar sobre a extração de areia na calha do rio Negro e possibilidade de  
133 zoneamento na região para ordenar a atividade de exploração. Yara sugeriu de solicitar inclusão  
134 na pauta do CEMAAM uma apresentação sobre a problemática da extração de areia. Aginaldo  
135 sugeriu submeter uma moção ao CERBAC recomendando a criação deste GT, que encaminhará  
136 para o CEMAAM. **Como encaminhamento**, o GT Mineração elaborará a moção e Marco Antonio  
137 se comprometeu em apresentar o documento na reunião do CERBAC. Em seguida, Kleber Bechara

138 (AOBT) colocou em questão a tomada da Ilha do jacaré pelos índios Waimiri-Atroari e lembrou  
139 que não discute a ocupação da Ilha, mas a proibição da pesca no rio e lagos que não é  
140 homologada como Terra Indígena. Kleber informou que não há diálogo com a ACWA para tratar o  
141 assunto e que irá retomar a questão junto ao Ministério Público para se chegar a um acordo.  
142 Marco Antonio comunicou que há um novo procurador, que vem tratando sobre as questões  
143 indígenas. Sugeriu contatar a FUNAI para auxiliar na negociação com a ACWA. Kleber oficializa  
144 que a AOBT tem interesse em participar do CERBAC caso ocorra oportunidade e Marco Antonio  
145 fará o intermédio de apresentar a solicitação na reunião do CERBAC. Jaime comentou  
146 rapidamente sobre o diagnóstico feito pelo GT Novo Airão sobre a situação socioeconômica nas  
147 comunidades do PAREST do Rio Negro Setor Norte e APA Margem Direita do Rio Negro. Aginaldo,  
148 considerando a ausência da ACWA e PWA nas reuniões do Conselho de Mosaico e de acordo com  
149 o Regimento Interno, solicita que a cadeira seja substituída pela FUNAI e Yara sugeriu entrar em  
150 contato com FUNAI para chamá-la ao debate. Francisco afirmou que, oficialmente, a ACWA  
151 esteve ausente em duas reuniões. Alexandre lembrou que os conflitos ocorridos na Ilha do Jacaré  
152 e envolvendo os índios Waimiri-Atroari vêm sendo registrados desde 2009 nas reuniões do  
153 Conselho Consultivo do PARNA Anavilhanas. **Como encaminhamento**, Francisco checará o  
154 Regimento Interno e fará contato com a FUNAI para saber sobre o interesse em ocupar a cadeira  
155 no Conselho Consultivo do Mosaico. Em seguida, Jesus Antonio Farré Silva, como consultor, fez  
156 uma apresentação sobre o projeto “*Motivação e Sucesso na Gestão das UCs*” – ICMBio e IPÊ, com  
157 apoio financeiro da Fundação Moore, onde apresentou seus objetivos, que são: definir e  
158 caracterizar as fontes de recurso das UCs, através de uma análise detalhada de algumas UCs no  
159 Brasil; propor inovações para melhorar a independência econômica e financeira das UCs e definir  
160 as possibilidades de institucionalização, e em que fase se encontra o projeto. O projeto terá a  
161 duração de quatro anos. No Mosaico do Baixo Rio Negro, participam duas UCs, PARNA  
162 Anavilhanas e RESEX do Rio Unini. Prosseguindo a pauta, Ana Flávia apresentou as planilhas  
163 orçamentárias para cada programa do Plano de Ação do Mosaico para serem preenchidas até 30  
164 de Janeiro de 2013. As planilhas foram distribuídas entre os conselheiros: Gestão Integrada: Ana  
165 Flávia (ICMBio); Uso Público: Alexandre e Priscila (ICMBio); Educação Ambiental e Políticas  
166 Públicas: Angeline e Fátima (SEMMAS Manaus); Comunicação: Marco Antonio (IPÊ);  
167 Ordenamento Territorial: Francisco (FOPEC) e Yara (FVA); Uso dos Recursos: Francisco (CEUC).  
168 Após, fez-se a agenda das próximas reuniões de 2013: 21 e 22 de março, 25 e 26 de julho, 28 e 29  
169 de novembro. Yara Camargo (FVA) informou sobre a troca de experiência ocorrida num seminário  
170 coordenado pelo CECLIMA, realizado nos dias 21 e 22 de Novembro, em Manaus, de troca de  
171 experiência entre Acre e Amazonas sobre a iniciativa Padrões sociais e ambientais e REDD+ para  
172 projetos e Programas de serviços ambientais. Neste evento, um dos temas foi o arcabouço legal  
173 sobre Política de Mudanças Climáticas, REED, serviços ambientais, cuja lei que trata do assunto  
174 será encaminhada à Assembleia Legislativa ainda em 2012. Yara se comprometeu em repassar o  
175 material digital disponibilizado no evento aos conselheiros do Mosaico. Aginaldo apresentou as  
176 moções “**Solicitação de carta de anuência para a recategorização e redelimitação do Parque**  
177 **Estadual do Rio Negro - Setor Sul para a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS**  
178 **Poranga conquistada pelo Governo do Estado do Amazonas**” (INCRA), “**Solicitação de informações**  
179 **sobre a regularização fundiária e a execução do programa de créditos de reforma agrária junto às**  
180 **famílias agroextrativistas assentadas no Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS**  
181 **Cuieiras/Anavilhanas, no município de Manaus, Estado do Amazonas**” (INCRA) e “**Solicitação de**  
182 **fiscalização e de implementação de acordo de pesca no rio Apuaú, na margem esquerda do rio**  
183 **Negro, compreendendo áreas próximas ao Parque Nacional de Anavilhanas, PDS**”

184 **Cuieiras/Anavilhanas e a Área de Proteção Ambiental – APA Margem Esquerda do Rio Negro Setor**  
185 **Aturiá-Apuauzinho” (IPAAM).** Após apresentadas, os conselheiros aprovaram as Moções. Por fim,  
186 Francisco Oliveira agradeceu a presença de todos e deu-se por encerrada a reunião do Conselho.  
187 Alguns conselheiros também manifestaram seus agradecimentos. Eu, Clarice Bassi, redigi esta ATA  
188 que vai assinada pelo presidente do Conselho Consultivo do Mosaico de Áreas Protegidas do  
189 Baixo Rio Negro.

190

*Francisco Santos de Oliveira*

191

Francisco Santos de Oliveira

192

Chefe de Unidade de Conservação – SDS/CEUC

193

Presidente do Conselho Consultivo do MBRN

194

195

196



MOSAICO  
Baixo Rio Negro  
ÁREAS PROTEGIDAS